

*Handwritten initials/signature*

**FICHA DA UNIDADE CURRICULAR**

<b>Unidade Curricular</b>	AUDITORIA DAS ENTIDADE PÚBLICAS		
<b>Área Científica</b>	CONTABILIDADE		
<b>Classificação curricular</b>	OBRIGATÓRIA	<b>Ano / Semestre</b>	3º/1º

Créditos ECTS	Horas de trabalho do aluno	Carga horária das sessões de ensino	
		Natureza Colectiva (NC)	Orientação Tutorial (OT)
5	135	TP: 60	

DOCENTES		CATEGORIA
Responsável	Carlos Fernando Calhau Trigacheiro	Equip. Professor Adjunto
Teóricas		
Teórico-Práticas	Daniel Ferreira de Oliveira	Assistente 2º Triénio
Práticas		
Prático-Laboratorial		

**OBJETIVOS**

Proporcionar o desenvolvimento de competências para a compreensão da importância da auditoria em geral (considerando os diversos tipos de auditoria) e da auditoria financeira em particular, bem como das condições técnicas, pessoais e legais necessárias para o exercício da profissão.

Dotar os alunos com conhecimentos gerais quanto à organização e desenvolvimento do trabalho de auditoria nas várias fases (planeamento, execução e relato), com particular enfoque na análise de risco e planeamento, na preparação e desenvolvimento do trabalho de campo, bem como na formação e transmissão a terceiros da opinião de auditoria.

Familiarizar os alunos com procedimentos específicos geralmente adotados na auditoria às diversas áreas das demonstrações financeiras.

## PROGRAMA PREVISTO

### 1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Demonstrações financeiras: objetivos, componentes, utilizadores e características qualitativas.
- 1.2. Asserções subjacentes às demonstrações financeiras.
- 1.3. Conceito e importância da auditoria financeira. Outros tipos de auditoria.
- 1.4. Auditoria e fiscalização das sociedades em Portugal. Principais marcos da evolução histórica e situação atual.
- 1.5. Conceito e estrutura da certificação legal das contas.

### 2. NORMAS DE AUDITORIA E PROFISSÃO DE AUDITOR

- 2.1. Normas nacionais e internacionais. Principais organismos emissores e estrutura.
- 2.2. Papel da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- 2.3. Obtenção da qualificação profissional.
- 2.4. Funções dos revisores oficiais de contas.
- 2.5. Formas de exercer a profissão. Situação em Portugal.
- 2.6. Princípios fundamentais subjacentes à profissão.
- 2.7. Ética e deontologia profissional. Incompatibilidades e responsabilidades dos auditores.
- 2.8. Interesse público da profissão e a sua supervisão.

### 3. COMPROMISSO E PLANEAMENTO DO TRABALHO DE AUDITORIA

- 3.1. Aceitação do trabalho e delimitação de responsabilidades do órgão de gestão e dos auditores. Carta de compromisso.
- 3.2. Diferentes fases de uma auditoria: compromisso, planeamento, execução e relato.
- 3.3. Importância do conhecimento da entidade e do seu meio envolvente. Compreensão dos sistemas de informação e de controlo interno.
- 3.4. Conceitos de materialidade e de risco e a sua influência na definição da estratégia de auditoria.
- 3.5. Plano global de auditoria e programas de trabalho.
- 3.6. Utilização do trabalho de outros auditores e peritos.

### 4. CONTROLO INTERNO

- 4.1. Conceito de controlo interno e sua importância para o trabalho dos auditores.
- 4.2. Objetivos e componentes do controlo interno.
- 4.3. Limitações do controlo interno.
- 4.4. Formas de recolher e registar um sistema de controlo interno.
- 4.5. Fraudes e erros.
- 4.6. Avaliação do sistema de controlo interno e sugestões para a sua melhoria.

### 5. PROVA DE AUDITORIA

- 5.1. Importância da prova em auditoria.
- 5.2. Credibilidade da prova.
- 5.3. Procedimentos para obtenção da prova.



- 5.4. Tipos de testes: testes de controlo e procedimentos substantivos.
- 5.5. Seleção de amostras em auditoria. Importância e principais aspetos a considerar.
- 5.6. Casos particulares: saldos de abertura nas primeiras auditorias e estimativas contabilísticas.
- 5.7. Documentação da prova. Conceito, importância e organização.

## 6. AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A abordagem a efetuar para cada uma das áreas envolve os pontos seguintes:

- a) Revisão dos principais aspetos de natureza contabilística.
- b) Medidas de controlo interno.
- c) Objetivos e procedimentos de auditoria.
- d) Programa de auditoria.

Áreas a abordar:

- 6.1. Meios financeiros líquidos.
- 6.2. Compras de bens e serviços, pessoal e dívidas a pagar.
- 6.3. Inventários e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.
- 6.4. Investimentos não financeiros.
- 6.5. Investimentos financeiros.
- 6.6. Vendas, prestações de serviços e dívidas a receber.
- 6.7. Acréscimos e diferimentos.
- 6.8. Provisões.
- 6.9. Capital próprio.

## 7. CONCLUSÃO DA AUDITORIA

- 7.1. Acontecimentos subsequentes.
- 7.2. Declaração do órgão de gestão.
- 7.3. Ajustamentos e reclassificações.
- 7.4. Apreciação da forma como são apresentadas as demonstrações financeiras.
- 7.5. Revisão global do trabalho.

## 8. RELATO EM AUDITORIA

- 8.1. Importância do relatório para a produção dos efeitos da auditoria.
- 8.2. Certificação legal das contas: objetivos e modelo.
- 8.3. Tipos de opinião em auditoria.
- 8.4. Declaração de impossibilidade de certificação legal das contas.
- 8.5. Outros relatórios e pareceres de auditoria.

## BIBLIOGRAFIA

- Auditing and Assurance Services: An Integrated Approach – Alvin A. Arens, Randal J. Elder and Mark S. Beasley - Ed. Prentice Hall – 13ª edição 2009.
- Auditoria e sociedade – Diferença de expectativas – B. Machado de Almeida, 2005, Publisher Team.

- Auditoria Financeira - Teoria e prática - Carlos Baptista da Costa - Ed. Rei dos Livros – 9ª edição 2010.
- Casos Práticos de Auditoria Financeira – Carlos Baptista da Costa e Gabriel Correia Alves – Ed. Rei dos Livros – 6ª edição 2011.
- Código das Sociedades Comercias.
- Código dos Valores Mobiliários e Regulamentos da CMVM.
- Código e Regulamento do Registo Comercial.
- Elementos de Contabilidade Geral - António Borges, Azevedo Rodrigues e Rogério Rodrigues – Áreas Editora – 25ª Edição 2010.
- Handbook of International Auditing, Assurance and Ethics Pronouncements – Ed. International Federation of Accountants (IFAC).
- Manual do Revisor Oficial de Contas - Edição da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- Normas de Auditoria da INTOSAI.
- Normas Internacionais de Relato Financeiro – Ed. International Accounting Standards Board
- Sistema de Normalização Contabilística.
- Teoría y Práctica de la Auditoria – Concepto y metodología – José Luís Sánchez Fernández de Valderrama – Ed. Pirámide (Madrid).

*Handwritten initials/signature in blue ink.*

#### WEBGRAFIA

www.cmvm.pt  
 www.cnsa.pt  
 www.eca.europa.eu  
 www.ifac.org  
 www.intosai.org  
 www.oroc.pt

#### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

##### Avaliação Contínua

A avaliação contínua incide sobre o número de presenças e participação nas sessões de ensino e apresentação dos trabalhos.

A avaliação por frequência consiste na realização de 2 testes intercalares, a efetuar no decurso do período letivo e abrangendo a matéria entretanto lecionada. Complementarmente, será efetuada uma prova escrita complementar, a efetuar no período normal de frequências.

As datas dos testes intercalares serão comunicadas com 1 semana de antecedência.

Para superar com êxito a avaliação por frequência os alunos deverão demonstrar que alcançaram os objetivos propostos para a unidade curricular.

A frequência das sessões a lecionar do tipo prático-laboratorial

(PL) é obrigatória, nos termos previstos no nº 7 do artigo 9º do Regulamento Académico em vigor na Escola Superior de Gestão de Tomar.

Os alunos que não atingirem classificação igual ou superior a 10 valores na frequência serão admitidos a exame, sendo aquela classificação de frequência obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

Classificação final: [(média aritmética, não arredondada, dos testes intercalares + prova escrita complementar)/2]. A classificação obtida na prova escrita complementar não poderá ser inferior a 7 valores.

Os alunos que não obtiverem aprovação nos termos anteriores e todos os restantes que reunirem condições de admissão a exame face às normas em vigor na Escola, efetuarão provas escritas com questões teóricas e práticas nas respetivas épocas de exame.

Avaliação Final

Serão aprovados os alunos que obtiverem classificação igual ou superior a 10 valores nas respetivas provas escritas, sendo os restantes considerados como reprovados.

## OBSERVAÇÕES

## HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL

Dia	Horário	Local
No horário de atendimento do docente		

Tomar, 16 de Setembro de 2013

C. T. E. 17.01.2014

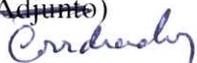
Ata nº 45

Ponto 6 g)

Os Docentes



Carlos Fernando Calhau Trigacheiro  
(Equip. Professor Adjunto)



Daniel Ferreira de Oliveira  
(Assistente de 2.º Triénio)

